

43º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG 22 – Pesquisas sobre o sistema de justiça: reflexões metodológicas e desafios da
produção acadêmica

“VOCÊ ESCUTA TANTA GENTE! QUEM ESCUTA VOCÊ?”

Desafios e dilemas na construção de uma pesquisa com policiais militares

Yanahê Fendeler Höelz

Caxambu – MG

2019

INTRODUÇÃO

Ninguém está interessado no seu diário de campo¹. Isto é um fato. E é preciso lidar com ele. De uma maneira geral, o processo de construção da pesquisa de campo – não excluindo pesquisas que se utilizam de outros métodos – não “conta” para a Academia. O que conta é o resultado, o produto, a reflexão que foi obtida a partir e com aquele campo. Os sofrimentos, as angústias, as incertezas, os dilemas e os desafios provenientes da construção da pesquisa importam pouco. A consequência de se atribuir pouca relevância a determinado assunto é que pouco se discute acerca do mesmo. Mestrandos e doutorandos passam por problemas diversos que têm em comum as dificuldades em lidar com o processo solitário de produção de uma dissertação ou tese. Essas dificuldades vão aparecer (e crescer) em maior ou menor grau, a depender do quanto se verbaliza a esse respeito. Precisamos pensar e falar sobre isso.

O silêncio perante a diversas questões causa impactos, inclusive, na saúde mental de pós-graduandos. Doutorandos são seis vezes mais propensos a desenvolverem depressão que a população geral. Segundo trabalho divulgado pela *Nature Biotechnology*, 39% dos candidatos a doutor sofrem de depressão moderada ou severa, frente a 6% da população geral.² São diversos os fatores tóxicos do universo acadêmico, alguns já conhecidos, dentre eles, a (falsa) ideia de autossuficiência, inserida na lógica de que há um seleto grupo de intelectuais dotados de uma inteligência tamanha que os distancia do “resto” das pessoas “comuns”, posto que seu nível intelectual supostamente transcende ao dos demais. Neste pequeno universo, tão competitivo e violento, é difícil alguém expor suas fragilidades, dúvidas e incertezas. Parece que “todo mundo nasceu sabendo”. Mas é no desespero dos colegas, nas conversas de corredor e nas trocas sinceras que se percebe a inverdade desta imagem não raramente reproduzida. Contrastando este cenário, as pesquisas de campo são desafiadoras porque é um mundo de incertezas que se abre ao pesquisador, e não há intelectual que seja capaz de definir com distinta precisão os rumos e o ponto de chegada – nem para si, nem para outrem. Em campo, o pesquisador precisa

¹ O diário de campo é uma ferramenta de suma importância para a execução de uma pesquisa de campo. Nele, o pesquisador registra o seu dia a dia, depositando ali todas as suas observações, conversas, vivências, frustrações e tudo mais que surja em seu trabalho. Os dados contidos no diário, quando rememorados, constituem o que Oliveira (2000, p. 34) denomina de uma espécie de *presentificação* do passado, “com tudo que isso possa implicar do ponto de vista hermenêutico, ou, em outras palavras, com toda a influência que o ‘estando aqui’ [momento da escrita] pode trazer para a compreensão – *Verstehen* – e interpretação dos dados então obtidos no campo [estando lá]”.

² Informações disponíveis em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/ciencia/1521113964_993420.html. Acesso em: 13 ago. 2019.

do “outro”, sem o qual não há pesquisa possível.

A proposta deste artigo é produzir uma reflexão sobre o processo de construção de uma pesquisa a partir de experiências de trabalho de campo com policiais militares, destacando os dilemas e os desafios específicos relacionados ao grupo de interlocutores envolvido e, indo além, verbalizando algumas dificuldades inerentes a pesquisas que envolvam pessoas. Este é, portanto, um artigo mais reflexivo e metodológico que se aproveita da oportunidade do SPG para debater conflitos – muitas vezes não ditos – que permeiam a trajetória de mestrandos e doutorandos.

Existe manual de metodologia que dê conta das especificidades de uma pesquisa de campo? Como lidar com o “outro”? Como se constrói o campo? Qual é o tempo “de campo”? Quais são as particularidades de um trabalho com policiais militares? E quais são as peculiaridades de construí-lo em uma favela carioca? Como lidar com as éticas envolvidas (acadêmica, pessoal, da polícia e dos policiais) e com os dilemas que eventualmente podem surgir?

Para abordar tais questões, o artigo se inspira nas vivências oportunizadas pela minha pesquisa de dissertação de mestrado³ (2015-2016) e pela minha atual pesquisa para tese de doutorado (2018-2019), ambas realizadas com policiais militares em uma favela da cidade do Rio de Janeiro, no contexto do projeto da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP⁴. Os referenciais teórico-metodológicos utilizados para compor a reflexão passam pelo olhar de Arendt (1999), que atribui especial relevância ao “outro” para a construção de seu pensamento, e de outros autores que ajudam na compreensão do “fazer campo” (BECKER, 1977; PEIRANO, 1995; ZALUAR, 1997; OLIVEIRA, 2000; FREHSE, 2013; LIMA; BAPTISTA, 2014). Além disso, entendo que seja importante demonstrar algumas limitações da pesquisa de campo e as críticas ao método, amparando-me em algumas

³ A pesquisa mencionada teve como resultado o meu trabalho de dissertação de mestrado em Direito intitulado “As (im)possibilidades da proximidade na UPP Rocinha: ser ou não ser policial”, defendido em 06 de março de 2017, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Conteí com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES nos dois anos do período do mestrado.

⁴ A UPP é um projeto idealizado pela extinta Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro implementado em 38 favelas no período de 2008 a 2014. A “retomada” do território sob o “domínio dos criminosos”, a redução da violência armada, a recuperação da confiança dos moradores na polícia e a consolidação de um “novo” modelo de policiamento são algumas das promessas do projeto. No ano de 2018, passados dez anos de existência da UPP, com o Rio de Janeiro sob Intervenção Federal na área da segurança pública, o Gabinete de Intervenção Federal – GIF anunciou a extinção da UPP Batan, UPP Vila Kennedy, UPP Mangueirinha, UPP Cidade de Deus, UPP Camarista Méier, UPP São Carlos, UPP Coroa/ Fallet/ Fogueteiro, UPP Caju e UPP Cerro/Corá. As outras Unidades sobrevivem em meio a um cenário de expectativas frustradas.

pertinentes leituras (CARDOSO, 1997; AGAMBEN, 2005), passando pela literatura dedicada a estudos de polícia (BITTNER, 2003; BAYLEY, 2006; MUNIZ *et al.*, 2018) até chegar nos dilemas éticos enfrentados por pesquisadores que se dedicam a pesquisas com agentes das forças de segurança (JAUREGUI, 2018), tomando como inspiração abordagens sobre a ética em Morin (2017).

O caminho pensado para a reflexão compreende três aspectos: 1) a minha relação com o campo de pesquisa, no lugar da favela, sob o contexto da UPP; 2) a minha relação com os policiais militares, os laços que são construídos e reconstruídos, as dificuldades encontradas, incluindo aquelas provenientes das especificidades da polícia e do fazer policial (como a imprevisibilidade e a emergência) e 3) a minha relação com os dilemas éticos que podem surgir a partir da inserção no campo, em construção com o “outro”, tendo como lugar de fala a Universidade, sob a condição de pós-graduanda.

Dadas as características do presente texto, o uso da primeira pessoa do singular será recorrente. O “eu” na Academia pode provocar repulsa ou, na melhor das hipóteses, estranheza. No entanto, falar “de si” e a partir de “de si” não compromete a cientificidade de uma pesquisa, ao contrário, possibilita demonstrar para a comunidade – científica ou não – quão transparente a pesquisa se fez. Trata-se de uma necessidade metodológica. O trabalho de campo e a observação direta devem ser compartilhados com o leitor. Entendo, portanto, que a narrativa é necessária e deve ser enunciada por quem a vivenciou. Não se esconder também faz parte da transparência e ética de uma pesquisa que não é terceirizada.

Os apontamentos que serão feitos são, acima de tudo, um compartilhamento das fragilidades de quem os escreve. Erros são cometidos, incertezas surgem e rejeições acontecem. Tudo isso faz parte do caminho percorrido por um pesquisador, porque se ele já soubesse de antemão o que encontraria, a que conclusão chegaria, definitivamente não seria preciso fazer campo. Não haveria o que pesquisar. Penso que seja possível que outros pesquisadores se enxerguem nos conflitos vivenciados por esta mulher, jovem, pesquisadora em formação. Algumas perguntas colocadas não têm respostas, mas não pretendo encontrá-las. O fascínio da pesquisa de campo é exatamente este: não existir receita.

1 EU E O CAMPO

Fazia pouco tempo que frequentava uma favela da Zona Sul da cidade carioca a

fim de pesquisar com policiais militares sobre a Unidade de Polícia Pacificadora – UPP instalada naquela localidade. Enquanto almoçava com um oficial⁵ que compunha o comando da Unidade, o indaguei a respeito de um caso recente de apreensão de adolescentes que se deslocavam de ônibus da Zona Norte da cidade para as praias da Zona Sul. Eis que surge a figura da “atitude suspeita” em nosso diálogo e a minha dúvida, ou provocação, de como era possível identificá-la. Motivado pela pergunta, o oficial me pede para olhar ao redor e falar quem eu abordaria por atitude suspeita. Estávamos fora da favela, em um restaurante de um bairro da Zona Sul, cuja população residente detém alto poder aquisitivo. Havia pouco movimento nas ruas, as poucas pessoas que pude avistar vestiam trajes sociais e eram brancas. Respondi que, com os meus preconceitos, não abordaria ninguém. Ele concordou: “eu também não”. Retornando, no caminho para a UPP, o policial me fez a mesma pergunta: “e agora, na favela, você abordaria alguém com atitude suspeita?”. Havia um movimento bem maior de pessoas; jovens trajando bermudas e sandálias, alguns sem camisa, deixando à mostra seus vultosos cordões. A maioria das pessoas que ali circulavam era negra. Respondi em seguida que, com os meus preconceitos, abordaria. E ele concluiu: “com a polícia não é diferente”.

A favela faz parte do campo da minha pesquisa. Ela é o lugar que dá abrigo a mim e aos policiais em nossos respectivos trabalhos. Se existe alguma primeira regra para a construção da pesquisa de campo, suponho que seja o conhecimento do lugar onde você pisa, transita e se acomoda. Nenhum roteiro pré-determinado será passível de alguma concretização se o pesquisador não buscar conhecer minimamente o campo escolhido e desconstruir noções já formuladas. As especificidades do campo e suas limitações irão redirecionar, e muitas vezes ressignificar, um projeto de pesquisa.

Nos primeiros caminhos do meu trabalho de campo, entendi que era preciso conhecer a literatura sobre as favelas do Rio de Janeiro e da favela na qual entrava. De forma concomitante, a partir do encontro com policiais, fui me deparando com os meus próprios preconceitos, os mais mesquinhos e escondidos, que sequer pensava tê-los. A partir disso, com um pouco de conhecimento sobre esses espaços e com a vivência oportunizada pelos policiais militares, iniciou-se um processo de desconstrução – que é contínuo – acerca das concepções a respeito das favelas, de seus moradores e dos

⁵ Em linhas gerais, o ingresso na carreira da Polícia Militar se dá sob duas formas: oficialato (que vai do posto de 2º tenente ao posto de coronel) e praças (que vai da graduação de soldado até a de subtenente). As UPPs são comandadas (em regra) pelos policiais do oficialato, cuja preparação se destina ao exercício de funções de comando, chefia e direção.

policiais militares, proporcionando uma escuta mais sincera e sensível ao “outro”. O maior beneficiário de um trabalho de campo é o pesquisador que, ao reconhecer sua pequenez (tanto do ponto de vista acadêmico, quanto do ponto de vista pessoal), desconstrói a pretensa ideia de que deteria o “conhecimento”.

No contexto da favela, é preciso reconhecê-la como um espaço de potencialidades, como o centro urbano, como um lugar de movimento. A pesquisa nesse espaço não é um safári. Entender as particularidades de determinada favela não é reduzi-la à violência armada, ao comércio de drogas ou à pobreza; mas é reconhecer que nesse espaço há conflitos, desigualdades, criatividade, empreendedorismo, história, cultura etc. Todos esses aspectos vão impactar no plano de pesquisa e devem ser considerados para a busca da compreensão (daquilo que se pretende estudar, do “outro” que se pretende ouvir). E compreender não significa concordar ou justificar. “Compreender é compreender as motivações interiores, situar no contexto e no complexo. Compreender não é tudo explicar. [...] Mas reconhecer que há algo de incompreensível” (MORIN, 2017, p. 124).

Morin (2017, p. 123) nos ensina que a compreensão exige que compreendamos a nós mesmos, reconhecendo as nossas insuficiências. É porque passa por um “eu”, por um sujeito que busca compreender a si e ao “outro”, que a compreensão não é neutra. Toda análise e interpretação de um fenômeno social passa inevitavelmente por uma “visão social de mundo”⁶. Se existe uma “verdade objetiva sobre a sociedade”, ela é antes “concebida como uma paisagem pintada por um artista e não como uma imagem de espelho independente do sujeito” (LÖWY, 2000, p. 14). Faz-se necessário, portanto, que o “artista” exponha o seu olhar sobre aquilo que pinta.

O cientista social é como um pintor de uma paisagem, vai dizer Löwy (2000, p. 212-215). A pintura vai depender do lugar que o artista pode ver, do seu observatório, isto é, do ponto de vista de classe. A paisagem como painel dependerá também da forma de olhar do pintor, ou seja, o cientista social é condicionado por pertinências sociais que vão além das classistas: religião, cultura, gênero, dentre tantas outras. Sua visão também é orientada a partir da vinculação a certas categorias sociais ou organizações (intelectuais, estudantes, igrejas, partidos).

⁶ Essa visão social de mundo é constituída, segundo Lowi (2000, p. 13), por um “conjunto relativamente coerente de ideias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza” e está ligada a certas posições sociais, isto é, “aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais”.

A pintura, no entanto, tem sua autonomia relativa. A “arte de pintar” tem seus procedimentos e sua ética, independentemente das visões sociais de mundo do “pintor”. O mirante, o observatório, “não faz senão definir uma possibilidade objetiva de visibilidade: a visão efetiva e a pintura de uma paisagem não dependem mais dele” (LÖWY, 2000, p. 216). Mas esse horizonte de visibilidade é decisivo para a construção do campo cognitivo, por isso, deixar às claras o ponto de partida da pesquisa/pintura e do pesquisador/pintor mostra-se necessário.

Todo pesquisador parte de algum lugar, tem uma trajetória e uma maneira peculiar de abordar e provocar reflexões sobre determinado tema. Lidar com o humano, com sua história e suas relações, mexe com o humano, com a história e com as relações do próprio pesquisador. Isso por si só desconstrói a pretensa neutralidade do modelo de objetividade científico-natural. “A política está em toda parte”, afirma Said (2005, p. 34), “não pode haver escape para os reinos da arte e do pensamento puros nem, nessa mesma linha, para o reino da objetividade desinteressada ou da teoria transcendental. Os intelectuais pertencem ao seu tempo”. O observador social não está em um mundo à parte, pelo contrário, ele é parte do mundo pesquisado. Nesse mundo, os fenômenos sociais não são neutros, as pessoas não são neutras e, não raramente, os acontecimentos são imprevisíveis e incalculáveis.

Por tudo isso, os pesquisadores são detentores de valores e é preciso deixar claro “de que lado estamos” – como provoca Becker (1977). A preocupação não deve ser com a neutralidade, posto que impossível, mas com a “certeza de que, qualquer que seja o ponto de vista que adotarmos, nossa pesquisa irá satisfazer aos padrões do bom trabalho científico, que nossas inevitáveis simpatias não tornarão nossos resultados sem validade” (BECKER, 1977, p. 133).

São as nossas trajetórias e aquilo que acumulamos ao longo delas que nos fazem optar por esse ou aquele assunto, que nos fazem despertar para esse ou aquele grupo de pessoas. E é por conta dessas experiências que as minhas inquietações são voltadas para temas relacionados à marginalização e às formas de desigualdade na sociedade brasileira – realidade que, em alguma medida, já foi por mim experimentada. Parto de uma percepção inicial que existem classes apartadas, condicionadas à precariedade das políticas públicas e subjugadas nos seus direitos. E quando essas classes (populares, formadas predominantemente por pessoas negras) ganham uma determinada territorialidade, e aqui

estou falando das favelas do Rio de Janeiro, a resposta estatal é repressiva, discriminatória e truculenta. A história das favelas na cidade do Rio de Janeiro demonstra que, dependendo do momento histórico, elas são caracterizadas como um problema sanitário, moral, estético, social, ambiental ou de segurança pública. Aqueles a quem chamamos de “favelados” são vistos como subalternos. A representação social construída acerca desses espaços e de seus moradores não foi erradicada com a chegada da UPP. Esse dado não pode ser negligenciado nas pesquisas que envolvam esses territórios.

Tomando essa percepção como meu ponto de partida, passo a olhar para o “outro” policial, procurando entender como a polícia foi criada no Rio de Janeiro; quais contornos foram sendo dados para a produção do mandato dos policiais militares, sob qual legislação e sob quais interesses; enfim, torna-se necessário conhecer razoavelmente o universo policial para que seja possível uma troca mais produtiva com os agentes.

Esse processo de conhecimento do lugar, do “outro” e do contexto não acontece de forma rigorosamente sequencial. O aprendizado vai acontecendo com a pesquisa, com as idas a campo e com os interlocutores. É um processo contínuo, mas não linear. Ele vai e volta.

A relação com o campo se dá pelo respeito. Respeito aos espaços, aos moradores, às possibilidades e impossibilidades de ingressar em determinado lugar, às histórias e às dores. Não existe uma regra pré-fixada que oriente o pesquisador a seguir este ou aquele caminho; que ensine como chegar ao campo, como contatar os interlocutores ou como transitar pelos espaços. Por mais banal ou panfletário que isso possa parecer, o caminho se faz caminhando. Este é um ponto importante no trabalho de campo: o pesquisador tem discricionariedade. Ele toma as decisões e encara as consequências. Dificilmente, não cometerá erros. A linha é tênue entre “ser chato” e ser invasivo; ser aceito e ser desprezado; ser dócil e ser rude; ser gentil e ser “puxa-saco”. É por meio da possibilidade do encontro, da troca com o “outro”, que os erros vão sendo corrigidos e que alguns caminhos vão se abrindo e outros se fechando. O campo é cheio de vicissitudes – o que o faz ora angustiante, ora prazeroso. Geralmente, é o “outro” que nos motiva a continuar.

2 EU E O “OUTRO”

Cláudio⁷ é policial militar. “É” policial, como gosta de afirmar, e não “virou” um

⁷ Nome fictício conferido a um conjunto de policiais com histórias que se entrelaçam.

policial. Apenas entrou para a polícia. Cláudio insiste em dizer que ninguém vira policial, apenas faz um concurso como qualquer outro. Ele é o primeiro e único servidor público de sua família. Entrou para a carreira pública “com muito orgulho”, assevera. Morador da Baixada Fluminense, autoidentificado como negro, vindo de família pobre, Cláudio nunca pôde se dar ao luxo de escolher uma carreira, uma graduação, uma profissão. Com sacrifício cursou o ensino médio e viu no concurso da PMERJ a possibilidade de sair do trabalho privado. Sim, Cláudio trabalhou em serviços diversos. De caixa de supermercado a vendedor; de confeitiro a motorista. O concurso lhe daria maior segurança financeira, alega. Nos poucos dias de folga, Cláudio estudava para a prova da PMERJ. Precisou contratar aulas particulares com um “explicador”, já que tinha muitas dificuldades com a escrita. O explicador era seu amigo. Se fosse um desconhecido, Cláudio ficaria com vergonha. Passou na prova escrita. Veio o exame psicológico. Cláudio pagou um curso, mas só conseguiu ir um dia. Nesse dia, lhe deram o “bizu”⁸. Cláudio, então, tirou xerox de todos os deveres e ficou testando em casa. Alega que não poderia acertar todas as questões e nem errar todas, senão seria (considerado) “maluco”. Passou. No exame antropométrico, Cláudio teve um problema no ouvido, mas conseguiu resolver com a médica porque “tinha audição boa”. “É difícil entrar pra Polícia. Mas pra sair...” (Cláudio estala os dedos). Cláudio tem convicção que está na polícia porque é “indicado por Deus mesmo”⁹. Depois de ingressar na carreira policial, Cláudio casou-se, teve dois filhos e comprou um terreno para uma casa que vem sendo construída. Hoje, policial, Cláudio diz adorar a farda que veste, mas se ressentido com o que (supostamente) pensam sobre ele: “as pessoas acham que eu sou um monstro. Eu não sou um monstro. Eu tenho sentimentos. Eu sou um ser humano”. Em dias de escala extensa, Cláudio fica agoniado. Sente saudades do filho pequeno e se entristece quando lembra que está longe da família. Cláudio ainda é soldado, ainda está no início da carreira, mas já começa a se contradizer quando fala sobre “ser policial”, pois não lhe parece mais um serviço como outro qualquer. A autoridade o encanta, mas os dissabores hierárquicos o aborrecem. “Não sabia que a ‘polícia’ afetaria tanto o trabalho do policial” – desabafa.

⁸ A dica.

⁹ É comum os policiais afirmarem que estão em uma “guerra do bem contra o mal” e que possuem a missão de vencer o “inimigo”. A convicção de possuir o “bem” ou de ser possuído pelo “bem” é analisada por Morin como uma das principais causas do mal. Segundo o autor, “a crença de fazer o bem é uma causa poderosa do mal, embora não resulte de uma vontade má, mas de uma carência de racionalidade e/ou de um excesso de fé que é fanatismo” (MORIN, 2017, p. 190).

A história de Cláudio é a história de um conjunto de policiais praças. Pobres, oriundos da periferia e com histórias similares à grande massa da sociedade brasileira; jovens que viram no concurso da Polícia Militar a possibilidade real de “mudar de vida”. São pessoas absolutamente normais. Procuo enxergar essas pessoas, esses seres humanos, antes de pensar nas práticas policiais e nos mecanismos que as viabilizam.

Em 1961, Hannah Arendt cobriu o julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, para a revista *The New Yorker*. Eichmann era considerado um dos maiores criminosos do regime nazista (1933-1945), contudo, se via como um aplicado funcionário do Estado alemão. O que marca a análise de Arendt em seu relato sobre o referido julgamento é o seu olhar para o acusado. Ao contrário do que se podia esperar de uma teórica política de origem judaica, Arendt descreve o acusado como um burocrata medíocre, um cumpridor de ordens, um indivíduo sem qualquer anomalia psicológica, um homem “normal” que sequer tinha a capacidade de mensurar o mal praticado. O olhar da autora sobre aquele julgamento identificou a banalidade do mal, uma violência ao “outro” compartilhada por muitos e que pode ser praticada por qualquer um. Aquele homem preso durante o julgamento em uma jaula de vidros, considerado um monstro, um dos maiores assassinos e colaboradores do regime nazista, foi percebido por Hannah Arendt de forma diversa. Eichmann era um indivíduo normal, “horripelmente normal”, como tantos outros. Um ser medíocre que comete atos abomináveis, porém irrefletidos. “[...]Foi pura irreflexão – algo de maneira nenhuma idêntico à burrice – que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época” (ARENDR, 1999, p. 310-311).

Arendt não pré-concebe Eichmann como um monstro, não reproduz as narrativas de um cenário no qual se colocava os judeus enquanto tão-somente vítimas do regime nazista e não exime a sociedade alemã de ter sido cúmplice do assassinato em massa. Inspirada em Arendt, a proposta de olhar e ouvir os policiais vem ao encontro do comprometimento em tentar compreender a visão “do outro” e entender aquilo que o move sem prejulgá-lo.

Tomo como contribuição para a execução da pesquisa uma especificidade do trabalho antropológico que, cabe ressaltar, “em nada é incompatível com o trabalho conduzido por colegas de outras disciplinas sociais, particularmente quando, no exercício de sua atividade, articulam a pesquisa empírica com a interpretação de seus resultados” (OLIVEIRA, 2000, p.17). O olhar antropológico é um olhar pautado no estranhamento,

ou seja, “uma forma peculiar de ver o mundo e suas representações, partindo sempre, necessariamente, de um surpreender-se com tudo aquilo que aos olhos dos outros parece natural” (LIMA; BAPTISTA, 2014, p. 10).

Tenho necessidade de tentar “experimentar” o objeto estudado, por mais que haja limites para isso, ainda que eu não seja uma policial militar e tenha que contar, na maioria das vezes, com relatos dos interlocutores – relatos estes que passam pelo crivo da interpretação daqueles que narram. O que faz a minha pesquisa de campo é a busca incessante pela convivência, é a tentativa de participar das rotinas policiais, é procurar fazer com que a minha presença seja cada vez mais percebida e, ao mesmo tempo, legitimada pelos interlocutores até que, enfim, eles se sintam confortáveis comigo. Isso é um processo longo que exige paciência. Exige também desprendimento. Existem características pessoais do pesquisador que precisam ser superadas para que o campo aconteça. Superar, neste caso, não significa abandonar, extirpar da personalidade de quem pesquisa, mas de outra forma, tal como Morin (2017, p. 122) ensina, “superar significa conservar aquilo que se supera pela magnanimidade”. A timidez, por exemplo, tem que ser administrada em prol de um convívio. Dependendo da fase do campo ou do momento do pesquisador, esse processo pode ser mais ou menos sofrido.

Agamben (2005) chama atenção para o fato de que o homem perdeu a capacidade de transmitir experiências, pois ele teria sido expropriado de sua experiência. Isso não significa a inexistência das experiências, mas, para o autor, elas se efetua fora do homem. Em uma visita a um lugar turístico, por exemplo, a maioria das pessoas se recusa a experimentá-lo. “Posta diante das maiores maravilhas da terra, [...] prefere que seja a máquina fotográfica a ter experiência delas” (AGAMBEN, 2005, p. 23). O autor traz à tona o fim¹⁰ da comunicabilidade de experiências, tal como Nascimento (2010, p. 37) narra:

Acredito que em poucos meios o fim da experiência se mostre de modo tão latente para nós como em um jornal. [...] As imagens de um telejornal querem nos convencer que assistimos a realidade nua e crua. O dispositivo tecnológico colocaria o espectador em contato direto e ao vivo com a realidade que se inicia à soleira da porta da casa. A vantagem do recurso é evidente: o espectador pode estar presente a uma série de eventos simultaneamente, fuçar acontecimentos dispersos e longínquos, o que seria inviável sem o auxílio do controle remoto. A realidade dos

¹⁰ Nascimento (2010, p. 183) esclarece que Agamben não deseja celebrar o fim da experiência, apenas reconhece uma atmosfera de crise. “[...] Ter sido levado ao fim significa ter sido posto em crise, ter sido colocado em questão de uma maneira irrevogável”.

telejornais entretanto traduz uma realidade recortada, mutilada, editada por um ponto de vista unilateral e ideologicamente comprometido. O resultado apresentado como produção da verdade é sempre manipulado. Junto à confecção de imagens substituíveis entre si está o fim da experiência.

Em que pese a reflexão de Agamben, pertinente enquanto crítica ao método, o que procuro na pesquisa de campo é a busca constante por (tentar) experimentar e não expropriar a experiência (como um telejornal) ou me utilizar de uma “realidade” recortada por terceiros. Procuro fazer um trabalho comprometido com a escuta sincera e com uma aproximação que me permita, ainda que em alguns momentos, estar no universo “experienciável”. Busco a comunicabilidade da experiência por meio das vivências policiais e com os policiais, evitando a coisificação e a quantificação daquilo que o campo me apresenta. Tendo a considerar a complexidade do campo, forçando-me a pensar em tudo aquilo que possa interferir na construção dos discursos e naquilo que observo. Fazer isso exige tempo. E não se trata de um tempo mensurável, previsto, calculável. É o tempo do campo – que nem sempre é progressivo, “evolutivo”. Às vezes, um mês de frequentes idas a campo não se mostra tão significativo quanto uma frase dita “sem querer” em poucos segundos por um policial ou uma cena vista sem qualquer diálogo. O tempo de campo (tempo em que o pesquisador estará em campo) e do campo (tempo em que o campo se mostra ao pesquisador) vai de encontro àquele a que estamos afetados pelo cotidiano da vida contemporânea, embora ambos estejam interligados.

A condução de pesquisas com policiais é pouco previsível, dadas as características inerentes ao trabalho policial, tais como, a emergência e a imprevisibilidade¹¹ (cf. BITTNER, 2003). A todo momento, pode acontecer “algo” e a polícia será chamada a atuar, de modo que dificilmente as aproximações tentadas com esses agentes se darão em dias agendados, com hora marcada e lugar definido. É necessário, entretanto, que haja uma data-limite para a saída do campo, porque, além da autossabotagem, a escrita é afetada pelas emoções compartilhadas. Manter certa distância (física e temporal) com o campo de pesquisa para a fase da escrita reduz a vulnerabilidade do pesquisador e contribui para a maturação da análise dos dados obtidos em campo.

Inevitavelmente, relações de afeto são criadas com os policiais, especialmente com os mais assíduos em campo. É possível que essas relações se configurem apenas como

¹¹ E, no caso da UPP, acrescenta-se a rotatividade.

sólidas interlocuções pautadas pelo respeito, que é a primeira regra para lidar com o “outro” na condução da minha pesquisa, mas é possível também que sejam construídos laços afetivos. Como evitar o viés na pesquisa e não comprometer o trabalho teórico? Não há manual de instrução, tampouco livro de “Metodologia” que dê conta das especificidades de um trabalho de campo ou que “ensine” como lidar com o “outro”. Em sentido semelhante, Peirano (1995, p. 22) afirma:

[...] Não há como propriamente ensinar a fazer pesquisa de campo. [...] A experiência de campo depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas dentro da disciplina, do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram, no dia-a-dia, no próprio local de pesquisa entre pesquisador e pesquisados [interlocutores].

O que importa dizer é que nenhuma simpatia deve comprometer a condução do trabalho e por isso as “regras do jogo” devem estar claras; é preciso deixar claro quais foram os passos da pesquisa em campo e de que forma ela foi conduzida – com as dificuldades e com os erros cometidos – para perseguir os objetivos do trabalho. Nesse sentido, Becker (1977, p. 134) traz uma contribuição a fim de que vigiemos e controlemos as possibilidades de enviesamento de um estudo: evitar o sentimentalismo.

Podemos, de início, tentar evitar o sentimentalismo. Somos sentimentais quando nos recusamos, por qualquer que seja a razão, a investigar alguma questão que deva ser adequadamente encarada como problemática. Somos sentimentais, especialmente, quando nossa justificativa é de que preferiríamos não saber o que está acontecendo, se o fato de sabê-lo significar a violação de alguma simpatia cuja existência podemos nem mesmo perceber. Qualquer que seja o lado em que nos coloquemos, devemos usar nossas técnicas de maneira suficientemente imparcial para que uma crença em relação à qual temos especial simpatia possa aparecer como falsa. Devemos sempre vigiar nosso trabalho de maneira suficientemente cuidadosa para saber se nossas técnicas e teorias são em tal grau abertas que permitam essa possibilidade.

Mas sentimentalismo não se confunde com sensibilidade. Um aspecto fundamental para uma pesquisa com pessoas é a sensibilidade do pesquisador no ato de pesquisar. Quando se propõe construir uma pesquisa que considera pessoas é fundamental que haja sensibilidade para lidar com elas e para perceber suas ações e reações. Tornar-se sensível ao outro me parece fundamental, embora seja uma das tarefas mais difíceis de se cumprir. A sensibilidade abre espaço, em alguns momentos, para a solidariedade. Contudo, compartilho da ideia de Said (2005, p. 43): “nunca a solidariedade antes da crítica”. Acima de tudo, o compromisso de uma dissertação ou tese é com a reflexão crítica.

Existem limites quanto ao método abordado. O que se escuta e se observa¹² não significa necessariamente a “realidade” ou a “verdade absoluta”. Tenho consciência das representações que são construídas pelos policiais em virtude da minha presença no local e de que as interações travadas podem impactar a minha interpretação.

As formas de inserção em campo – desde a roupa que visto até as trocas de mensagem com os interlocutores – afetam a pesquisa, influenciam suas falas, contribuem para o afastamento ou para a aproximação dos agentes. Frequentemente, os policiais me perguntam se sou psicóloga. Às vezes, me questionam se sou jornalista. Isso acontece porque me veem conversando com outros colegas e ainda não me conhecem. Outros, aqueles com quem já estabeleci alguma relação, brincam que sou espiã ou agente da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência. E, de uma forma geral, os policiais me associam a “alguém que estuda”. Esta última representação é a que procuro manter em campo. Por isso, tal como Frehse (2013, p. 112), “meus trajes e acessórios foram escolhidos propositalmente, como veículos de expressão de uma imagem de mim como alguém ‘que estuda’ [...], considerando que na interação social os outros são invariavelmente impressionados pelo que o indivíduo expressa de si”, e isso vai ser “bem visto” ou “mal visto” a depender, especialmente, das concepções morais dos meus interlocutores.

Um desafio do trabalho em campo é ter cautela para não tomar o discurso do grupo com o qual lido como o meu discurso, por isso, fazer a autocrítica constante é fundamental para a construção do trabalho de campo e do trabalho teórico-analítico. É preciso entender as entrelinhas, o que não é falado e o que está por trás de alguns discursos repetitivos. É preciso também tentar encontrar e entender as condições sociais que podem influenciar a produção de determinado discurso, sem desconsiderar as especificidades e a individualidade de cada interlocutor. E por isso a pesquisa de campo caminha ao lado da pesquisa teórica. Mas como articular teoria e empiria?

Eis uma dificuldade que não é só pessoal. Ruth Cardoso (1997, p. 99) chama a atenção para o desencontro, presente em muitos estudos baseados em trabalho de campo, entre as introduções teóricas e a apresentação do material de pesquisa. Em muitos trabalhos, “o quadro teórico é muito mais declaração de princípios que uma construção de

¹² E observar significa “contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação” (CARDOSO, 1997, p.103).

referências analíticas”.

Os dados coletados não falam por si mesmos. Um caminho para evitar que esses descompassos ocorram no trabalho é, como já exposto, não tomar aquilo que observo e aquilo ouço como verdades absolutas e independentes, mas, ao contrário, a tarefa é questionar sempre aquilo que ouço, aquilo que observo e aquilo que represento no campo estudado, ciente de que a minha relação com os meus interlocutores e a representação que eles fazem de mim influenciam os discursos e as vivências que me são compartilhadas em campo. Nesse sentido, a teoria auxilia a reflexão sobre a vivência em campo e chama a atenção para fatos que, muitas vezes, passam despercebidos.

Quando falo de teoria refiro-me ao conjunto de conhecimento a que o pesquisador tem acesso, e não a uma disciplina específica, a um conhecimento fragmentado, isolado. A interdisciplinaridade ganha relevo para este tipo de trabalho. Isolar determinado campo de saber produz uma “inteligência cega”, tal como aduz Morin (2011, p. 12):

A inteligência cega destrói os conjuntos e as totalidades, isola todos os seus objetos do seu meio ambiente. Ela não pode conceber o elo inseparável entre o observador e a coisa observada. As realidades-chaves são desintegradas. Elas passam por entre as fendas que separam as disciplinas. As disciplinas das ciências humanas não têm mais necessidades da noção de homem. E os pedantes cegos concluem então que o homem não tem existência, a não ser ilusória.

Ressalto, por fim, que a escolha pelo caminho da pesquisa de campo, da convivência com o “outro”, precisa ser quista. No meu caso, essa escolha se justifica por uma necessidade pessoal. Trata-se de uma forma de condução de pesquisa, dentre tantas outras possíveis, que me permite estar presente, fazer e ser parte do processo de conhecimento. “A pesquisa é prática, é ação, leve este nome ou não” (ZALUAR, 1997, p. 116). Em outras palavras, é o campo que me motiva e que possibilita sentir-me viva na pesquisa. “Se a emoção suprema, a primeira política é olhar o prazer, a paixão do outro, isso acontece porque buscamos no outro a relação com Genius¹³ que não conseguimos alcançar sozinhos, a nossa secreta delícia e a nossa nobre agonia” (AGAMBEN, 2007, p. 17).

¹³ Em Profanações (2007), Agamben traz um ensaio dedicado a “Genius”. Para os latinos, Genius era um deus a quem todo homem era confiado sob tutela no nascimento. “Genial” é a vida que responde sem hesitação ao impulso do gênio que a gerou. “Compreender a concepção de homem implícita em Genius equivale a compreender que o homem não é apenas Eu e consciência individual, mas que, desde o nascimento até à morte, ele convive com um elemento impessoal e pré-individual. [...] É Genius que rompe com a pretensão do Eu de bastar-se a si mesmo.” (AGAMBEN, 2007, p. 14-15).

3 EU, O CAMPO, O “OUTRO” E OS CONFLITOS ÉTICOS

“Isso aqui é uma cachaça” – afirma Cláudio¹⁴. O policial está se referindo à carreira profissional, sugerindo que ninguém consegue sair depois que entra para a “polícia”. É um vício do qual ninguém conseguiria se livrar. Este “vício” impregna todo o corpo e toda a vida social de Cláudio. Aos poucos, Cláudio vai aderindo a um “espírito de corpo”¹⁵, a um “código de conduta”, a um linguajar próprio, a uma moralidade – quiçá, ética – peculiar. Um dia desses, Cláudio e um colega retornavam de um serviço de “apoio”¹⁶ na favela quando aconteceu o que me foi narrado: “Era mais ou menos 2h da manhã e a gente subia de ônibus para retornar à base. Passando pela estrada principal da favela, vimos três regados [a “boca” vendendo drogas]. Meu irmão, seria uma ocorrência bonita. Muita apreensão, muita droga. Ia trazer meritória [recompensa que se traduz em folga] pra todo mundo. A gente ia chegar certo [tiro certo]. Mas aí o colega me segurou. Valeria a pena? Pensamos. E a ‘ordem’ [suposta ordem hierárquica] de não arranjar problema? Aí não descemos. Mas aquela adrenalina tava ali. Meu irmão, que ocorrência bonita, completinha!” Cláudio se ressentia por não ter agido na forma que desejava, pois, como acredita, “a gente não é caça; a gente é caçador.”

Como lidar e conviver com interlocutores que estão envolvidos com alguma forma de violência cotidianamente? Como preservar uma ética profissional diante do que se observa e se compartilha? Como lidar com a ética e as orientações morais das instituições e dos agentes envolvidos na pesquisa? E como administrar as minhas orientações morais e aquilo que construí como ética perante tamanha diversidade?

Beatrice Jauregui (2018) confrontou-se com questões semelhantes em uma etnografia realizada com a polícia distrital de Uttar Pradesh, o maior estado da Índia. Em um artigo intitulado “Antropologia suja”, a autora argumenta que policiais e antropólogos (aqueles que estudam as práticas policiais) são sempre cúmplices de alguma forma de violência estatal, porque “são figuras marginais e apenas parcialmente empoderadas,

¹⁴ Como já explicado, trata-se de um nome fictício conferido a um conjunto de policiais com histórias que se entrelaçam.

¹⁵ A expressão “remete à ideia ou à constatação, pelo próprio jogo da metáfora que ele constitui, de que o corpo precisa de uma alma ou um espírito para poder existir socialmente” (MIAILLE, 2010, p. 14). Michel Miaille se dedica a investigar se existiriam predisposições a este “espírito de corpo” naqueles que tentam entrar em um corpo, no caso, da magistratura francesa. “É de se considerar o peso com que a organização influencia os comportamentos, mas também as mentalidades. [...] Falar de ‘espírito de corpo’ da magistratura seria fazer alusão a esta representação prática e efetiva que os magistrados têm de seu meio profissional, como parte da função pública do Estado” (MIAILLE, 2010, p. 16).

¹⁶ Trata-se de um tipo de serviço no qual um grupo de policiais é designado para se juntar a uma determinada guarnição para apoiá-la temporariamente no respectivo serviço.

definidas quintessencialmente por seus conhecimentos fragmentados e indeterminados, e por suas perpétuas transgressões e transformações das fronteiras sociais à medida que executam o trabalho” (JAUREGUI, 2018, p. 172). A autora trata a “violência” de forma ampla, reconhecendo a fluidez entre legalidade, legitimidade e coerção física, incluindo outras formas de violência que não estão centradas na coerção física – como a negligência e o abuso emocional.

Quaisquer que sejam os objetivos de um pesquisador, um trabalho com a polícia envolve um trabalho “da autoridade para desencadear a violência potencial ou real” (JAUREGUI, 2018, p. 173). Por isso, é quase impossível que um pesquisador em campo (ou um etnógrafo) não tenha testemunhado algum tipo de violência.

Assim como em Uttar Pradesh, o que surpreende no meu campo é a banalidade da violência; é a crença da maioria dos agentes de que a “violência” é uma necessidade e um dever (prazeroso). E não se pode esquecer que esses policiais estão inseridos em uma sociabilidade violenta, cuja lógica se traduz nos atos “regulares”, na rotina baseada no medo da punição e de não saber o que esperar dos superiores hierárquicos. Violência emocional, política, classista, racial e de gênero também compõem esse contexto. Os casos de uso desmesurado, injustificado e violento da força policial parecem ser uma extensão das relações sociais cotidianas.

Ao presenciar um momento de violência, o pesquisador se sente no dever ético de demonstrar a desaprovação, no entanto, tal reação pode ser mal compreendida pelos interlocutores e causar prejuízos ao andamento da pesquisa. Seja qual for a decisão do pesquisador, omitir ou verbalizar um posicionamento, haverá desconfortos. Este é um dilema constante em pesquisas com policiais e quanto mais o tempo passa, quanto mais o convívio se estende e se intensifica, mais “sujos” nos tornamos, tal como Jauregui relata (2018, p. 187):

De fato, com o passar do tempo, minhas tentativas de “interrogação e intervenção” antropológicas não pareciam melhorar ou refinar-se, como eu esperava que acontecesse. Na verdade, quanto mais tempo eu passava com a polícia de Uttar Pradesh, mais compreendia as complexidades de suas vidas cotidianas e trabalho, mais me questionava sobre a clareza - e sobre as transgressões - das minhas próprias convicções morais e éticas, “mais suja” eu parecia me tornar.

A sujeira de que fala Jauregui (2018, p. 188) vem de três fatores que são comuns ao trabalho do pesquisador (a autora se refere ao antropólogo) e da polícia: 1) construímos

e representamos a realidade baseados em um conhecimento fragmentado; 2) temos motivações internas e diretrizes externas múltiplas, muitas vezes conflitantes, de como proceder em nossas práticas e 3) habitamos diversos papéis, que também são conflitantes, transgredimos fronteiras e conciliamos (ou não) vários códigos morais/culturais que estão ao nosso redor.

A autora afirma que nunca podemos ser “puros” em nossas pesquisas, observações, escrita e representações, ainda que “bem-intencionados”. Só é possível manter a integridade e o questionamento ético em relação ao campo tendo ciência de nossa cumplicidade com a violência ali produzida. Mas essa cumplicidade precisa ser estratégica. “[...] O esforço contínuo para nos envolvermos criticamente com o Outro, ao mesmo tempo em que permitimos que o Outro possa existir e contribua para a construção do conhecimento com sua própria voz, é em si mesmo um projeto ético” (JAUREGUI, 2018, p. 199).

Na construção da pesquisa, existe um processo ético em andamento. Ter essa percepção em mente diminui o peso de uma pretensa “pureza” acadêmico-profissional e contribui para a compreensão da complexidade ética existente. Existe uma diversidade de perspectivas, de orientações morais e de formações culturais ao redor do pesquisador. Para Morin (2017, p. 195), falar de ética é falar de complexidade, tendo em vista sua natureza dialógica, sempre exposta ao enfrentamento da ambiguidade e da contradição. Lidar com a complexidade ética é entender que ela compreende a subjetividade humana, também a cultura, as crenças e as normas de uma comunidade; é entender que ela não se distingue da moral, posto que são inseparáveis:

Busca-se, com frequência, distinguir ética e moral. Usemos “ética” para designar um ponto de vista supra ou metaindividual; “moral” para situar-nos no nível da decisão e da ação dos indivíduos. Mas a moral individual depende implícita ou explicitamente de uma ética. Esta se resseca e se esvazia sem as morais individuais. Os dois termos são inseparáveis [...]. (MORIN, 2017, p. 15).

Estamos, pois, submetidos a uma pluralidade de deveres (éticos). O problema é que estes deveres podem ser antagônicos em algum momento. “A ética não escapa aos problemas da contradição” (MORIN, 2017, p. 47). Penso que o que não se pode negligenciar é o questionamento constante (de si, principalmente) e a atenção para a diversidade (também para as semelhanças) entre os pontos de partida (o lugar de fala, por exemplo) que se entrelaçam na pesquisa.

Sou uma pós-graduanda de uma Universidade pública. Tenho consciência de que este é o meu lugar de fala perante os policiais. À primeira vista, isso pode acarretar uma rejeição. Percebo em muitos policiais uma descrença em relação a Universidades públicas. Procuro compreender parcela dessa rejeição. Esses agentes não se sentem parte da Universidade pública, mesmo com alguns incentivos e iniciativas que têm ocorrido nas últimas décadas para esta inserção¹⁷. A experiência em campo me proporcionou conhecer mais e melhor esses policiais, especialmente praças, vindos de camadas populares da sociedade. A Universidade pública ainda continua uma realidade distante para muitos deles e estereótipos são alimentados. Curioso é que o inverso também ocorre. Transitando entre esses “dois mundos”, o pesquisador acaba sofrendo certo preconceito em ambos os casos.

Não faz muito tempo que pouca atenção era destinada a estudos policiais. Bayley (2006, p. 17-18) considera que a discrepância entre a importância da polícia na vida social e a atenção dispensada a ela se deve a alguns fatores, quais sejam: 1) a polícia, em geral, não desempenha um grande papel nos eventos históricos, suas atividades são ordinárias e não se prestam a definir o destino das nações. O olhar do meio acadêmico se volta para a polícia quando ela desempenha um papel significativo na política; 2) as atividades de policiamento não gozam de prestígio, pois são repetitivas, rotineiras e prestadas por pessoas comuns que trabalham em instalações muitas vezes precárias; 3) o policiamento é repugnante moralmente; “a atividade policial representa o uso da força da sociedade contra ela mesma, e de algum modo isso é mais vergonhoso e embaraçoso do que usar a força contra estrangeiros” (o exército na guerra, por exemplo); 4) estudar sobre a polícia esbarra em problemas práticos: acessibilidade dificultada e escassa bibliografia disponibilizada em bibliotecas. Além disso, “um acadêmico que estuda a polícia deve estar disposto a realizar um trabalho de campo intensivo em ambientes cheios de desconfiança, dobrar a intransigência burocrática, tornar-se politicamente suspeito e socialmente malvisto”.

A produção acadêmica brasileira sobre a polícia começa a mudar gradativamente este cenário do final dos anos 90 para cá.¹⁸ Revisões de literatura (MUNIZ *et al.*, 2018) indicam a consolidação de três grandes eixos temáticos que organizam de algum modo a agenda de pesquisa sobre a polícia nas Ciências Sociais – considerando as disputas e

¹⁷ O curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social, modalidade Educação a distância, oferecido pela Universidade Federal Fluminense, é um exemplo dessas iniciativas destinadas aos profissionais da carreira de segurança pública.

¹⁸ Ainda na década de 90, Bretas (1998) chama a atenção para o fato de que o conhecimento sobre os agentes encarregados do controle social ainda não havia merecido a devida atenção na Ciência Social brasileira.

influências de cada campo: Sociologia, Antropologia e Ciência Política –, ainda que de forma indireta: “violência e crime”, “polícia e ordem pública” e “políticas públicas de segurança e justiça”. Muniz *et al.* (2018, p. 161) insistem em chamar atenção para o fato de que “as polícias emergem como um ator institucional fundamental no processo de reforma do sistema de segurança pública e justiça. Afinal, são elas que administram, mais imediatamente, as inseguranças e violações dos e sobre os outros, e sua própria exposição ao risco”.

Mesmo que não haja sempre cooperação dos membros da polícia, porque, “como outras burocracias, as forças policiais são desconfiadas; elas têm seus próprios interesses a proteger” (BAYLEY, 2006, p. 29), acredito na possibilidade de interação e interlocução com a Polícia Militar. E mais, acredito que para se apontar, negociar e pactuar as mudanças que a comunidade deseja para a sua polícia é preciso conhecê-la, mesmo ao preço de descobrirmos quão “sujos” somos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O dilema moral de Tashi”¹⁹

Madre Lissa era uma instituição viva, a memória da tradição de mutilação genital que deveria ser vivenciada por cada mulher do povo Olinka. A *tsunga* mantinha viva a inscrição da tortura da crença. O corpo das mulheres Olinkas era um documento vivo. Na ausência da escrita “ele é a contraprova de que a regra sempre existiu”. Tashi, menina Olinka, queria se sentir uma mulher Olinka, uma verdadeira mulher Olinka. A cicatriz era condição da feminidade daquele povo. No entanto, Nafa, sua mãe, negava-lhe tal possibilidade, pois tinha perdido sua filha mais velha por ocasião do ritual. Dura, irmã de Tashi, teve um sangramento além do esperado e morreu com a hemorragia. Contrariando sua mãe, Tashi decidiu abandonar a imoralidade em que acreditava viver e se submeteu ao ritual. No entanto, Tashi não conseguiu aceitar-se com a crença. Casou-se com Adam, um afro-americano filho de protestantes, e mudou-se para os Estados Unidos. Tashi se viu em um limbo moral e cultural. Longe do povo Olinka, Tashi começou a duvidar da crença do ritual. A mutilação passou a ter novo significado: “de crença na natureza das mulheres transformou-se em uma espécie de tortura isenta de sentido”. Tashi, agora Evelyn, passou a ser humilhada por suas crenças e submetida a experiências vexatórias. Quando grávida,

¹⁹ Tomo de empréstimo a narrativa construída por Diniz (2001).

não podia suportar a situação de ser vista pelas enfermeiras estadunidenses como uma “criatura” impossível de ser imaginada. A honra Olinka tinha se convertido em vexame. A experiência do horror trágico “tanto pode ser sublime e assim permitir a metamorfose do sujeito moralizado, quanto aniquilante, transformando-se em uma espécie de castigo”. Caiu sobre Tashi a segunda opção. E ela não aguentou. Enlouqueceu. Tashi foi incapaz de lidar com a contingência da crença. Com a loucura, Tashi mata Madre Lissa, “a mão invisível da moral que um dia a mutilou”, e morre após ser condenada à pena máxima (DINIZ, 2001, *passim*).

A história de Tashi nos vale para pensar alguns conflitos vivenciados por pesquisadores quando se deparam com a diversidade de crenças. Para Diniz (2001, p. 29), Tashi incorpora três qualidades fundamentais que podem afetar quem vivencia os dilemas morais da humanidade: a certeza, a dúvida e a loucura. Tashi é uma ficção, mas “a crueldade do real, a tortura moral e a ausência de sentido nas ilusões” não são.

Ao relatar o caso de Tashi, Diniz faz um alerta para que não nos distancie de qualquer forma de crítica moral da cultura observada. Isso é particularmente custoso para um pesquisador de campo que se envolve afetivamente com seus interlocutores, muito embora já saiba de antemão que as discórdias morais e os conflitos são inerentes a qualquer agrupamento humano. Penso que o caminho talvez seja não ignorar a diferença, mas se permitir lidar com ela. E falar sobre ela; discuti-la; questioná-la.

Nos caminhos do campo, escutamos muito. E nos deixamos afetar por tudo aquilo que vemos e ouvimos. Mas, como me questionou um interlocutor, quem nos escuta? Por detrás de muita pompa, há “sujeiras” e “cumplicidades”. Que um dia possamos compartilhá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução: Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007. 91p.

AGAMBEN, Giorgio. Infância e história: ensaio sobre a destruição da experiência. *In: Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 188p. p. 21-78.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 336p.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento**: Uma Análise Internacional Comparativa. Tradução: René Alexandre Belmonte. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2006. Cap. 1.

BARRECHEGUREN, Pablo. O doutorado é prejudicial à saúde. **El País**, [s.l.], 27 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/ciencia/1521113964_993420.html. Acesso em: 13 ago. 2019.

BECKER, Howard. De que lado estamos? *In*: **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 122-136.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. Tradução: Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no Império. **Estudos Históricos**, [s.l.], n. 22, 1998.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. *In*: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.) **A Aventura Antropológica**: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

DINIZ, Debora. Antropologia e os limites dos Direitos Humanos: o Dilema Moral de Tashi. *In*: LIMA, Roberto Kant de; NOVAES, Regina Reyes (Orgs). **Antropologia e Direitos Humanos**. Niterói: EdUFF, 2001. 266 p. p. 17-46.

FREHSE, Fraya. A rua no Brasil em questão (etnográfica). **Anuário Antropológico**, [s. l.], p. 99-129, 2013.

HÖELZ, Yanahê Fendeler. **As (im)possibilidades da proximidade na UPP Rocinha**: ser ou não ser policial. Rio de Janeiro, 2017, 171f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

JAUREGUI, Beatrice. Antropologia suja: epistemologias da violência e embaraços éticos na etnografia da polícia. *In*: GARRIOTT, William (Org.) **Policiamento e Governança Contemporânea**: a Antropologia da polícia na prática. Tradução: Daniela Ferreira Araújo da Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. 359p. p. 171-205.

LIMA, Roberto Kant de; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, v. 39, n.1, p. 9-37, 2014.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000. 220p. p. 7-14/197-218.

MIAILLE, Michel. Predisposições ao espírito de corpo: os candidatos ao concurso da magistratura. **Revista Ética e Filosofia Política**, [s. l.], v. 2, n. 02, p. 14-42, jul. 2010.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. Tradução: Juremir Machado da Silva. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2017. 224p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. 120p. Cap. 1.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe. Os estudos policiais nas Ciências Sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **BIB**, São Paulo, n. 84, p. 148-187, abr. 2018.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Do fim da experiência ao fim do jurídico**: percurso de Giorgio Agamben. Campinas, 2010, 194 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 220p. p. 17-35.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 180p.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 127p.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. *In*: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.) **A Aventura Antropológica**: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.